

Luiz Henrique Marques Gomes¹ |

A controvérsia sobre concentração de renda e dinâmica econômica: revisitando Celso Furtado, Aníbal Pinto e Conceição Tavares

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a relação existente entre concentração da renda e a dinâmica econômica segundo três autores de grande importância na América Latina: Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares. O método utilizado é a revisão bibliográfica de algumas de suas obras, realçando os pontos comuns e as divergências acerca do tema. Especial destaque é dado à relação causal entre estrutura produtiva e concentração de renda e à contribuição da concentração de renda para a estagnação ou expansão do ritmo de atividade econômica.

Palavras-chave

Concentração de renda; Dinâmica econômica; Celso Furtado. Conceição Tavares; Aníbal Pinto.

ABSTRACT

This work aims to look into the relationship that exists between income inequality and economic growth dynamics as seen through the eyes of three leading authors in Latin America: Celso Furtado, Aníbal Pinto and Maria da Conceição Tavares. The method used in this case involves a bibliographical review of some of their works, highlighting any similarities or differences there might be in their points-of-view. The article pays special attention to the causal relationship between the productive structure and income inequality, and to the contribution made by income inequality to the stagnation, or alternatively, to the expansion of the pace of economic activity.

Keywords

Income inequality; Economic growth dynamics; Celso Furtado; Conceição Tavares; Aníbal Pinto.

1. Doutorando em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em economia pela UFF (2013) e graduado (2010) em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

A concentração de renda é um elemento de vital importância na análise de uma economia capitalista, seja se a tomarmos como um elemento *ex post* à produção, indicando como se reparte o produto, ou se a considerarmos como algo *ex ante* à produção, condicionando a conformação da estrutura produtiva. Sendo uma condição *sine qua non* para a reprodução do modo de produção capitalista, a desigualdade distributiva — sua origem, suas características, sua processualidade e suas consequências — é tema recorrente no horizonte de investigação dos cientistas sociais.

Na América Latina, três economistas, cujas trajetórias tiveram impulso inicial na Cepal,² destacam-se pela contribuição teórica nesse campo de pesquisa. Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares apresentaram, em suas respectivas obras, análises sobre a dinâmica econômica em que a distribuição de renda joga um papel fundamental. Retomando a discussão iniciada por Coutinho (1980), iremos analisar o papel da distribuição da renda nesses três autores e, em seguida, na seção Considerações finais, confrontar os pontos comuns e as divergências principais em seus pontos de vista.

1. Celso Furtado

A obra de Celso Furtado é caracterizada pela extensão e profundidade, de modo que qualquer esforço de sistematização de suas ideias tende a empobrecer a magnitude imponente de sua análise original. Mesmo sendo uma “heresia”, tentaremos traçar as linhas gerais do argumento de Celso Furtado sobre estrutura produtiva, crescimento econômico e distribuição de renda. Partiremos da seguinte proposição: o algoritmo fundamental no que diz respeito à concentração de renda e à dinâmica da economia é que a concentração da renda condiciona a composição da demanda, que, por sua vez, condiciona a estrutura produtiva, ou, como diz Coutinho (1980, p. 142): “é a composição da demanda que comanda a acumulação de capital”.

Dado isso, há, na obra de Furtado, três argumentos relacionados à problemática da concentração e da dinâmica econômica que merecem uma atenção especial: *i*) a privatização dos ganhos e a socialização das perdas nos ciclos dos produtos primários (FURTADO, 2000 [1959]); *ii*) os efeitos que a concentração de renda tem sobre certas variáveis que provocam a estagnação da economia

2. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

(FURTADO, 1966, 1968); e *iii*) a dependência cultural das elites (FURTADO, 1972, 1974, 1984). Esses três pontos correspondem a três momentos diferentes da carreira do autor e também respondem a condições históricas específicas, como foi, por exemplo, o “milagre” econômico do começo do decênio de 1970.

Em *Formação econômica do Brasil*, de 1959, a concentração de renda é decorrência direta do modelo primário-exportador, baseado na exploração extensiva de recursos abundantes e na negação da participação da massa de trabalhadores nos ganhos de produtividade. Estes, no período até 1930, eram obtidos essencialmente via a melhora na relação dos preços dos produtos básicos exportados. Dada a presença de mão de obra e terras abundantes, a apropriação dos ganhos de produtividade era feita totalmente pelos empresários, pois o sistema não exercia pressão para que assim não o fosse. Na contração dos preços internacionais, por sua vez, não se comprimia a margem de lucro dos empresários, pois os custos desse refreamento cíclico eram repassados à sociedade como um todo, fosse por meio de reajustamentos na taxa cambial ou por mecanismos de defesa dos lucros dos produtores, como a compra de estoques. Diz Furtado (2000 [1959], p. 169):

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros.

Dessa forma, o problema da concentração de renda apresentava-se com duas facetas perversas: no auge cíclico, a mesma se concentrava em virtude da abundância dos recursos; e na baixa cíclica, quando a renda global diminuía, os custos do ajuste eram arcados por toda a comunidade e não apenas pelos produtores, fazendo com que a renda novamente se concentrasse.

Após 1930, engendra-se no país um processo de industrialização por substituição de importações, o qual abre o leque de opções da concentração dinâmica da renda para além dos movimentos cíclicos dos preços dos produtos exportados. A análise da concentração de renda em Furtado é direcionada, pois, para a disputa dos ganhos de produtividade em uma sociedade que recém se industrializava. Na década dos 1960, completado o pacote de investimentos do Plano de Metas, o Brasil encontrava-se com um parque industrial complexo, já com importantes cadeias de bens de consumo duráveis e de bens de produção instaladas. Dizia-se à época que o Brasil havia completado a fase de substituição de importações “fáceis”, aquelas pouco exigentes em relação à dimensão do mercado e ao grau de capitalização da estrutura produtiva. Porém, o quadro era de estagnação econômica, com baixo ritmo de

crescimento, alta inflação, elevado nível de capacidade ociosa e uma considerável massa de sub e desempregados. O diagnóstico das causas da estagnação e as possíveis saídas para ela animou o debate entre os especialistas.

Furtado estava entre esses especialistas. Em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, chega à conclusão de que sem uma política de redistribuição de renda que promovesse a difusão do consumo para as massas não haveria possibilidade de escapar da estagnação. Tal conclusão é decorrência direta de seu esquema analítico. Nele parte-se da constatação de que uma dada distribuição de renda de uma sociedade depende de sua formação histórica e da correlação de forças entre o capital e o trabalho na disputa pela apropriação do excedente econômico. O excedente tem uma dupla origem: o intercâmbio e a produção. Nesta, é o aumento na produtividade do trabalho (derivado essencialmente do progresso tecnológico) o responsável pela formação de um excedente. Em sociedades nas quais a relação de forças é favorável ao trabalho, os frutos advindos dos ganhos de produtividade são distribuídos de forma que os níveis de concentração de renda sejam contidos, levando a uma homogeneização dos padrões de consumo entre as classes sociais. Já nas sociedades em que há predominância de poder do capital *vis-à-vis* o trabalho, a tendência é que a concentração de renda e a discrepância nos padrões de consumo estejam em uma trajetória crescente. As razões para que exista uma prevalência do poder dos capitalistas sobre o conjunto dos trabalhadores devem ser buscadas nas estruturas socioeconômicas de tais sociedades (FURTADO, 1964, p. 61-75; 1976, p. 16-32).

Em países com estruturas que propiciem uma situação de oferta de mão de obra elástica, a disputa de forças pende para o capital. A origem dessa situação está na estrutura dual de tais sociedades: nelas convive um setor atrasado — com uma massa de trabalhadores em condições de subsistência — *pari passu* a um setor moderno, com grau de capitalização maior que a média da economia. Dessa forma, este setor pode expandir-se sem ter a oferta de mão de obra como restrição e, assim, os salários podem ser mantidos perto do nível de subsistência. Outro cenário existe em sociedades com restrições na oferta de mão de obra: nestas, a disputa de forças pende para o trabalho, pois, aqui, este possui um efetivo poder de barganha. Por causa disso, nesses países também os trabalhadores participam dos frutos do aumento da produtividade do trabalho³ (FURTADO, 1966, p. 5-7, 60-63, 86).

Sendo assim, em sociedades de estrutura dual a concentração de renda é um fato corrente. Em tal quadro, a composição da demanda tem um viés pró-bens sofisticados, pois é o tipo de bem que a cúspide da pirâmide social consome. Isso atrai recursos para investimentos em indústrias que possuem elevado coeficiente de capital e que são exigentes quanto às dimensões do mercado (pois precisam de escala de produção), levando a que a geração de emprego

3. A crescente participação da parcela dos salários no produto total dessas sociedades é inibida pelo progresso tecnológico, o qual é direcionado para a substituição de trabalho por capital (FURTADO, 1966, p. 6-11).

não tenha fôlego⁴ e que a concentração de renda se agrave, pois a elevação do coeficiente de capital por unidade de emprego causa nova concentração de renda (caso a taxa de salário se mantenha estável) (FURTADO, 1966, p. 39, 79-86). Em razão dessa situação, a relação produto-capital declina substancialmente. Tal declínio é o sintoma final de que se caminha para a redução da taxa de crescimento econômico e, se o quadro persiste, para a estagnação econômica, já que a queda nessa relação assinala a trajetória de declínio da produtividade do conjunto do sistema.

Contudo, ao fim da década de 1960, o Brasil passa por uma fase de crescimento acelerado do produto, o chamado “milagre econômico”, desmentindo, assim, a tendência à estagnação anunciada por Furtado. Foi, sim, possível ao país crescer em que pese a concentração de renda não se descomprimir (pelo contrário, ela até se agravou). As análises subsequentes de Furtado incorporam essa experiência. Em 1972, no livro *Análise do modelo brasileiro*, Furtado não abandona a tese de que a concentração de renda entorpeça o ritmo de crescimento econômico, porém abre possibilidades para que o sistema continue em expansão. Tais requisitos seriam (FURTADO, 1972, p. 56-65): *i*) que a capacidade de pagamento no exterior aumente com uma taxa superior à do PIB; *ii*) que os investimentos do setor público se mantenham em crescimento; e *iii*) que as indústrias cuja demanda provém das classes abastadas continue em expansão.

A partir dos anos 1970, a importância do mimetismo cultural das elites locais frente aos padrões de consumo internacionais cresce em destaque na obra de Furtado.⁵ O mimetismo cultural consiste no desejo dos consumidores locais de altas rendas de consumirem bens sofisticados, de alto grau de capitalização, similares aos dos consumidores abastados dos países afluentes. A produção desses bens está em desajuste ao grau de acumulação de capital de um país subdesenvolvido, acarretando a drenagem dos recursos locais a esses setores. Assim, a fronteira de produção é deslocada para atender essa demanda sofisticada em vez de servir, por exemplo, à difusão de produtos para a massa popular. Por isso Furtado (1974, p. 45) diz que “o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos”.

A essa disparidade entre o nível de consumo e o correspondente processo de acumulação de capital Furtado dá o nome de “modernização”.⁶ Um ponto importante a se notar é que, dado o mimetismo cultural, quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro, mais rápida é a concentração de renda na periferia, pois as elites periféricas acelerariam seu ritmo de diversificação de consumo, a fim de manter-se atualizada com os padrões internacionais. Fica claro, pois, que a concentração de renda associa-se não só questões estruturais ligadas à formação do mercado de trabalho e à estrutura de poder vigente, mas também o processo de dependência cultural das elites locais *vis-à-vis* o *modus*

4. A razão disso é porque as técnicas de produção adotadas são poupadoras de mão de obra. Sendo as mesmas provenientes dos países do centro do sistema capitalista, elas estão adequadas a uma disponibilidade de fatores distintas da periferia do sistema: enquanto no centro há escassez de mão de obra e abundância de capital, na periferia há a abundância de trabalho e escassez de capital.

5. O que não significa que esse conceito não estivesse presente e não fosse trabalhado em obras anteriores.

6. “Processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81).

vivendi das elites do estrangeiro. E essa dependência condiciona a dinâmica de concentração de renda, a qual dirige o perfil dos investimentos.

Em síntese, vimos como a concentração de renda e sua relação com a dinâmica econômica é abordada na obra de Furtado. O importante a se reter é que a concentração de renda engendra um padrão de demanda que condiciona a estrutura de oferta, e que o vigor do ritmo de crescimento econômico tende a ser perdido conforme o problema da concentração de renda se agrava.

2. Aníbal Pinto

Aníbal Pinto foi um economista chileno com grande destaque dentro da Cepal. Caracterizado pelo seu rigor analítico, notabilizou-se pelos conceitos de estilos de desenvolvimento e de heterogeneidade estrutural. Ambos entrelaçam-se e estão relacionados com a concentração de renda e a dinâmica da economia. A seguir, com base em suas obras de 1965, 1970, 1971 e 1976, iremos investigar como esses conceitos se articulam.

Um estilo de desenvolvimento concerne à resposta que certa sociedade dá, ao alocar seus recursos humanos e materiais, às questões de “o que produzir?”, “para quem produzir?” e “como produzir?”. Tal estilo está delimitado em suas opções por um sistema (capitalista ou socialista) e por uma estrutura produtiva e de posição de poder no sistema de forças mundial (desenvolvida ou subdesenvolvida, dominante ou subordinada).

Dessa alocação de recursos que resulta em certo estilo de desenvolvimento distinguem-se dois traços básicos: *a*) o perfil da oferta (corresponde às perguntas “o que produzir?” e “como produzir?”); e *b*) o perfil da demanda (que diz respeito à pergunta “para quem produzir?”). O perfil da oferta concerne à base produtiva, isto é, à estrutura setorial do produto e do emprego, os diversos estratos tecnológicos e o tipo de relacionamento externo predominante. O perfil da demanda diz respeito a seu nível e sua composição, os quais estão relacionados com seu antecedente lógico que é o nível e a distribuição da renda. O que move a base produtiva, dando-lhe dinâmica, é o perfil da demanda. Dessa forma, a força motriz a condicionar a estrutura e a organização do aparato produtivo é o grau de concentração de renda e como ele se transfigura em certo padrão de demanda. Porém, este último é também condicionado pela estrutura de oferta, como veremos a seguir. Em outras palavras: ainda que a pergunta “para quem produzir?” seja respondida antes das perguntas “o que produzir?” e “como produzir?”, ela não deixa de estar influenciada por ambas⁷ (PINTO, 2008 [1976], p. 73-78).

Além de estilo de desenvolvimento, outro conceito caro a Aníbal Pinto é o de heterogeneidade estrutural. Tal conceito diz respeito a uma situação em que

7. A posição assumida aqui é distinta de um dos comentários de Aníbal Pinto consultado (COUTINHO, 1980), que afirma que a distribuição de renda nesse autor se define ao nível da estrutura produtiva. Nas obras de Aníbal Pinto, pelo menos nas aqui investigadas, é nítido que a estrutura produtiva tem efeitos sobre a concentração de renda, porém é também nítido que a concentração de renda influencia a estrutura produtiva.

há distintos níveis de produtividade *inter e intra* setores econômicos, ou seja, não há apenas um setor atrasado e um setor moderno, mas há um leque de setores com produtividade distinta e dentro dos próprios setores há descontinuidades marcantes. Se na interpretação usual do dualismo em uma economia atrasada surgia um enclave moderno, extensão do centro e ligado à exportação de produtos primários, em Aníbal Pinto o quadro se torna mais complexo e se definem três estratos: o primitivo, com baixa produtividade e com escassa penetração do progresso técnico;⁸ o intermediário, com produtividade próxima à média do sistema nacional; e o moderno, que apresenta produtividade similar aos níveis médios dos países desenvolvidos e onde a presença do progresso tecnológico e a apropriação dos seus frutos são fatos corriqueiros. Em cada um dos setores da economia — o primário, o secundário e o terciário —, esses estratos estão presentes, de forma que a dicotomia usual indústria-agricultura, ou urbano-rural, perde sua validade. As economias latino-americanas são exemplos típicos de economias heterogêneas, não só na estrutura produtiva, com distintos níveis de produtividade do trabalho e de absorção tecnológica, mas também na estrutura ocupacional (PINTO, 1970).

O esquema básico de Aníbal Pinto é o seguinte: a concentração do progresso técnico e de seus frutos se dá em três níveis: o social, o espacial e o produtivo. Os dois últimos garantem uma estrutura produtiva heterogênea ao passo que o primeiro garante uma distribuição de renda desigual. Esta, ao ser o elemento dinamizador da estrutura produtiva, reforça a heterogeneidade, pois uma renda concentrada se traduz em um padrão de demanda diversificado e sofisticado, e, ao mesmo tempo, é influenciada por ela, já que a estrutura produtiva possui uma relativa rigidez no curto prazo e, logo, exige certo padrão de demanda para manter-se em um nível de atividade que não comprima as margens de lucro, além do fato de que quanto mais a heterogeneidade estrutural se agrava, mais os ganhos de produtividade são repartidos desigualmente e maior é a concentração de renda. Destarte, configura-se certo estilo de desenvolvimento que tende à crescente heterogeneidade estrutural e à crescente concentração de renda.

Tal esquema desabrochou com toda desenvoltura na América Latina. Nessas sociedades, o modelo primário-exportador foi sucedido pelo processo de industrialização por substituição de importações que, tendo em vista a experiência do centro do sistema, nascia com a esperança de ser capaz de homogeneizar a economia heterogênea herdada do modelo anterior. Contudo, percebe Aníbal Pinto, esse processo não só não foi capaz de alterar esse quadro heterogêneo, como o agravou. As razões principais apontadas (PINTO, 1970, p. 88-94) para tal fato são a concentração dos frutos do progresso técnico em certos estratos produtivos, grupos sociais e regiões, e o aumento da dependência com o exterior. Inclusive alerta para a possibilidade de que o estrato

8. A causa básica para a heterogeneidade dos níveis de produtividade é o grau de penetração do progresso técnico: “No principal, esses contrastes são um reflexo do grau em que se concentrou o progresso técnico em pontos determinados da estrutura produtiva” (PINTO, 1965, p. 43; tradução nossa).

moderno ganhe autonomia interna, tendendo a crescer apoiado em suas próprias forças, estabelecendo circuitos próprios de gasto-renda, poupança-investimento etc., e, com isso, lançando a heterogeneidade estrutural em um processo de contínuo agravamento.

Se na primeira etapa do processo de industrialização por substituição de importações os produtos a serem substituídos eram, por assim dizer, simples e de baixo conteúdo tecnológico — e, *ipso facto*, ao alcance de uma maior massa de consumidores —, em etapas posteriores os produtos cresciam em complexidade tecnológica e valor unitário, exigindo que mecanismos de concentração de renda fossem introduzidos a fim de fomentar a demanda por tais bens mais sofisticados e evitar problemas de realização da produção. Perceba que nesse caso a estrutura produtiva foi se modificando — por causa de fatores como o estrangulamento externo — e a concentração de renda veio a reboque, agravando-se. Porém, a modificação da estrutura produtiva, rumo a uma maior sofisticação, respondia, na origem, a um padrão de demanda engendrado por uma distribuição de renda já concentrada na cúspide da pirâmide social.

Logo, a relação entre concentração de renda e heterogeneidade estrutural é biunívoca. A concentração de renda está continuamente reforçando a heterogeneidade estrutural, pois gera um padrão de demanda que exige um aparato produtivo sofisticado, inadequado ao grau de acumulação e a renda média dos países latino-americanos. E ao amadurecer tal aparato acaba por exigir uma cada vez maior concentração de renda. Em outras palavras, a concentração de renda e a heterogeneidade estrutural se reforçam mutuamente. Percebe-se que a concentração de renda não se constitui em uma força de entorpecimento para a dinâmica do sistema, desde que ela possa ser acelerada quando necessário para avivar os setores produtivos mais dinâmicos. Essa aceleração é dada via a diversificação do consumo das classes mais ricas, com a introdução de novos produtos, o que, dado o baixo grau de acumulação de capital, retira recursos que poderiam ser destinados para as necessidades da massa da população.

Sendo esse o quadro, Aníbal Pinto (1971, p. 484-485) diz que a contradição básica do modelo econômico latino-americano é que se esforça por reproduzir a estrutura produtiva das sociedades de consumo afluente, as quais repousam sobre uma base ampla e diversificada de produção e sobre um nível de renda média alto, em economias com baixo grau de acumulação e baixa renda média. Se na fase primário-exportadora o desalinhamento entre a base produtiva simples e a demanda sofisticada, oriunda de um alto grau de concentração de renda, era resolvida pelas importações, na fase em que se fizeram presente o estrangulamento externo e a redução da capacidade de importar, esse desalinhamento teve de ser resolvido via o reajuste das estruturas de oferta com tal demanda sofisticada. Ou seja, o peso do ajuste do estrangulamento externo não caía sobre a demanda, que permanecia sofisticada, espelhando os padrões de consumo das

elites do centro do sistema, mas sim sobre a oferta, cuja estrutura deveria ser direcionada para esses bens de ponta. Sendo assim, o funcionamento do sistema exigia uma concentração de renda, pois tais bens são de alto valor unitário e de elevado conteúdo tecnológico. Diz Aníbal Pinto (1971, p. 490; tradução nossa):

(...) a contradição central entre o tipo de produção-chave e o nível do salário médio induz a uma concentração da renda, não a sua dispersão social. Os novos bens duráveis “pesados” apenas estão e “fatalmente” ao alcance de uma relativa minoria.

Por conseguinte, as economias latino-americanas foram orientadas para a sofisticação do consumo de uma minoria abastada em vez da difusão dos bens e serviços e da ampliação da base produtiva. Isso se tornou possível por meio da concentração ainda maior da renda e da ampliação fictícia do mercado, via crédito (o que significava a drenagem de recursos para o financiamento do consumo em vez do investimento real) (PINTO, 1970, p. 95-96). Percebe-se que tal expediente apenas escamoteava a “contradição básica” — pois “não pode haver ‘consumo de massas’ ao estilo das economias industrializadas onde a ‘grande massa’ não ultrapassa os níveis de subsistência” (PINTO, 1971, p. 492; tradução nossa) — e agravava a situação da concentração da renda e da heterogeneidade estrutural. Porém, permitia o prosseguimento do processo de acumulação e preservava os privilégios da cúspide da pirâmide social e, por isso, era funcional. Nota-se que não há nenhuma hipótese sobre uma possível estagnação econômica: dado o estilo de desenvolvimento vigente, a contínua concentração da renda serviria a robustecer justamente os setores mais dinâmicos da economia.

A correção desse quadro de crescente concentração de renda e crescente heterogeneidade estrutural passaria pela intervenção decisiva do Estado a fim de possibilitar a disseminação do progresso técnico, e de seus frutos, para todo o sistema, e não apenas para determinados estratos e grupos sociais. Isso alavancaria a formação de um mercado interno, o crescimento da produtividade, a ampliação das oportunidades de emprego, permitindo a homogeneização do sistema e um maior grau de autossustentação frente a influências exteriores (PINTO, 1970, p. 94, 97).

Em suma, em Aníbal Pinto a concentração do progresso técnico em certos estratos produtivos, grupos sociais e regiões impõe um estilo de desenvolvimento cujos traços fundamentais são uma base produtiva heterogênea e uma renda concentrada nos estratos superiores. Tal estilo exclui as massas dos frutos do progresso técnico e favorece aos mais ricos, para os quais a produção se ajusta. Em sociedades de poucos recursos, como as dos países latino-americanos, esse ajustamento implica o agravamento da heterogeneidade estrutural, o que por sua vez, agrava o problema de distribuição de renda, em um círculo de causalidade acumulativa.

3. Conceição Tavares

Maria da Conceição Tavares também teve algo a dizer sobre a distribuição de renda. Sua opinião e aparato analítico mudaram com o tempo: de início era estag-nacionista, depois adotou uma abordagem fundamentada no princípio da deman-da efetiva, com forte influência de Michal Kalecki. Na sequência investigaremos suas obras de 1963, 1971 e 1974, com o olhar direcionado para a questão da distri-buição de renda e sua relação com a dinâmica da economia.

Em 1963, Tavares dedica-se a explicar o processo de industrialização por substituição de importações como decorrência de respostas da economia aos sucessivos estrangulamentos externos. A argumentação de Tavares é a seguin-te: em países cuja economia ancora-se em exportações de bens primários e cuja estrutura produtiva seja caracterizada pela presença de um setor dinâmico e outro atrasado, a tendência é que os recursos se concentrem no setor moderno, ligado às atividades exportadoras, e que a distribuição de renda seja concentrada na cúspide da pirâmide social. O padrão de demanda sofisticado deste setor da sociedade não é capaz de ser atendido pelo lânguido setor industrial local, levando a que haja a necessidade de importações (TAVARES, 1977 [1963], p. 30-32).

Quando a economia enfrentava problemas de escassez de divisas, com conse- quente diminuição da sua capacidade de importação, criava-se o incentivo para a internalização da produção de produtos antes importados. Conforme as crises de estrangulamento externo se sucediam, a gama de produtos industriais produzidos internamente aumentava, porém em direção a bens cada vez mais capitalizados. Como o setor primário-exportador permanecia com sua capacidade de geração de divisas inalterada, em dado momento, a pauta de importações tornava-se rígida antes que o setor industrial estivesse completo, lançando a economia em uma tra-jetória de estagnação.

A continuação do processo de substituição de importações nesse contexto exi-gia que a renda fosse ainda mais concentrada, pois o impulso que o sistema ainda poderia ter seria via o aprofundamento e a diversificação do consumo das cama-das de médias e altas rendas. Além disso, o fato de que a tecnologia era importada do centro — e, portanto, inadequada à constelação de fatores locais — e o fato de que também as estruturas de mercado eram concentradas reforçavam a tendência à concentração de renda (TAVARES, 1977 [1963], p. 44-50, 98-101, 111-114, 138).

Em 1971, Tavares (em coautoria com José Serra) abandona a tese de que a con-centração de renda poderia ser de alguma forma algo impeditivo ao crescimento da economia e assume, pelo contrário, que ela seja o vetor dinamizador do desempe-nho econômico em termos de crescimento. O problema capaz de frear a dinâmica capitalista é a falta de oportunidades de investimento e não a questão distributiva. No Brasil, por exemplo, o dinamismo da economia era garantido pela diversifica-ção do consumo das classes abastadas, o que possibilitou a ocupação da capacidade

produtiva de bens de consumo duráveis então ociosa no fim dos anos 1960, ensejando o chamado “milagre” (TAVARES e SERRA, 1977 [1971], p. 157-158).

A diversificação do consumo das classes médias e ricas sustentou-se em dois pilares: a expansão dos mecanismos de financiamento ao consumo, o que aumentava o poder de compra dessas camadas, e o arrocho salarial, o qual liberava recursos para o investimento público e privado. Desse modo, reforçou-se a posição relativa dos estratos sociais incorporados ao mercado em expansão, pois esta era o tipo de demanda que a expansão do sistema necessitava, em detrimento dos grupos já fragilizados. Percebe-se que houve uma recomposição na distribuição de renda em favor dos estratos capazes de manter o sistema em crescimento, isto é, de sustentar a demanda nos setores dinâmicos. No caso específico do fim dos anos 1960, o setor dinâmico era a produção de bens de consumo duráveis e os estratos favorecidos foram as camadas de renda média e alta ávidas por aumentarem o consumo desses bens. Note-se também que o algoritmo causal vai da estrutura produtiva para a concentração de renda, o que é diferente de Furtado (TAVARES e SERRA, 1977 [1971], p. 193-204).

Portanto, a crise dos anos 1960, para eles, havia sido uma reorientação da economia rumo a um novo estilo de desenvolvimento, que requeria, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração do poder e da renda, bem como novos mecanismos de estímulos, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Ou seja, a crise não foi o esgotamento do processo de substituição de importações, mas, sim, uma fase de transição a um novo tipo de economia, cujo centro dinâmico seria o setor de bens de consumo duráveis e na qual a importância do capital financeiro tenderia a crescer (TAVARES e SERRA, 1977 [1971], p. 175-176, 186-187).

De 1971 para 1974, Tavares não mais troca de opinião quanto às possibilidades de expansão em condições de crescente concentração de renda como fizera entre 1963 e 1971. Ela muda, sim, o instrumental analítico, passando a ter forte influência de Kalecki e de seu esquema de três departamentos, e dando maior importância às contradições internas do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil. Nessa obra de 1974, ela enfatiza os determinantes internos do processo de acumulação de capital e como a reprodução ampliada do capital industrial se tornou endógena e dominante a partir de 1955.

A desaceleração do ritmo de crescimento econômico dos anos 1960 e a recuperação no “milagre” continuava a ser o ponto central da investigação de Tavares. Na primeira metade dos anos 1960, no setor de bens de consumo duráveis (departamento II), o quadro era de desaceleração, com elevado grau de capacidade produtiva ociosa. No setor de bens de produção (departamento I) tanto o investimento público como o privado apresentavam debilidades, especialmente financeiras, para dar um novo impulso aos seus investimentos. No setor de bens de consumo não duráveis (departamento III), o qual é sensível diretamente às taxas de

crescimento do emprego e do poder de compra dos salários de base, o quadro era de crise em virtude da baixa expansão do emprego e do estancamento do salário real (TAVARES, 1998 [1974], p. 124-138).

Concomitantemente a esse quadro de crise generalizada existiu um aumento do potencial de acumulação de certas empresas devido a uma confluência de fatores conjunturais: a concentração de estruturas de mercado, aumento da produtividade, lucros ilusórios devido à inflação e arrocho salarial. Diante dessa contradição, uma crise de realização estava configurada. A saída para a mesma já nos é conhecida: o aprofundamento e a diversificação do consumo das classes abastadas, pois este era o tipo de gasto capaz de impulsionar a dinâmica de recuperação (TAVARES, 1998 [1974], p. 131-133, 138-152).

Note-se que a manutenção do ritmo de expansão do sistema em uma sociedade com alto grau de concentração de renda não é via o investimento que possibilite o aumento do emprego e do consumo de massa, mas, sim, por meio do aprofundamento do consumo de bens sofisticados e do conseqüente aumento de investimentos em setores capitalizados. Nas palavras de Tavares (1998 [1974], p. 142-143):

No Brasil, como em qualquer economia onde exista uma profunda descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, a recuperação tende a dar-se ao contrário: o consumo capitalista das camadas de altas rendas comanda a taxa de lucro e a taxa de acumulação, afeta as oportunidades de investimento e de emprego e determina, em última instância, depois que ambas se aceleram, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos. Estes suportam, assim, não só a oposição geral salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. Isto torna mais difíceis de resolver os problemas da distribuição da renda, mesmo no contexto de uma economia dinâmica.

Resumindo, podemos dizer que a análise de Tavares sobre a concentração de renda e seu impacto sobre a dinâmica econômica, ao menos a partir de 1971, é uma análise típica das escolas pregadoras do princípio da demanda efetiva, em que a decisão de produzir é temporalmente anterior à realização (ou não) da demanda. Sendo assim, a causalidade é da estrutura de oferta para a composição da demanda e desta para a concentração de renda. Logo, a mudança do perfil distributivo passaria pela mudança da estrutura de produção, o que seria feito com o direcionamento dos investimentos para determinados setores. Outro ponto importante, também ao menos a partir de 1971, é que a concentração de renda, ainda que possa em certas circunstâncias ser um estorvo para o crescimento econômico, não é algo intransponível para a expansão do capital, desde que se criem as devidas oportunidades de investimento. Se a criação das mesmas requer a concentração da renda, então esta servirá a que o sistema mantenha-se em expansão, sendo funcional para os interesses do capital, que é a expansão e a acumulação.

4. Considerações finais

Neste item, cabe cotejar o que cada um dos autores acima estudados teve a dizer sobre a relação existente entre concentração da renda e a dinâmica econômica, destacando os pontos em comum e as eventuais divergências quanto a este aspecto. Há dois pontos principais a serem considerados: a relação causal entre estrutura produtiva e concentração de renda e a contribuição da concentração de renda para a estagnação ou expansão do sistema.

No que concerne ao primeiro ponto, há diferenças de opiniões e elas são significativas. Para Furtado, a concentração de renda conforma certo perfil de demanda que vem a influenciar diretamente a estrutura de oferta produtiva. No caso do Brasil, a concentração de renda na cúspide da pirâmide distributiva levou à formação de uma estrutura produtiva em dissonância com a constelação de fatores produtivos do país, acarretando não só a ineficiência na utilização dos recursos como o agravamento de problemas estruturais, como a desigual difusão dos ganhos do progresso técnico, o subemprego e o próprio agravamento da concentração de renda. Para Conceição Tavares (ao menos depois de 1971), ao revés, é a estrutura produtiva que condiciona o padrão de demanda e este a concentração de renda. Isso porque a decisão de produzir vem antes da efetivação da demanda e, sendo assim, é possível estabelecer mecanismos que ajustem a demanda *ex post* à estrutura de oferta existente *ex ante*. Por exemplo, se há uma significativa capacidade produtiva ociosa no setor de bens duráveis, a introdução de mecanismos que concentrem a renda, em favor das classes sociais que podem demandar tais bens, é capaz de ativar o uso dessa capacidade produtiva. Já Aníbal Pinto fica em uma zona de penumbra entre Furtado e Conceição, pois, para ele, a concentração de renda e a heterogeneidade estrutural se reforçam mutuamente. Por exemplo, a chave para entender a heterogeneidade estrutural é a difusão do progresso técnico, e a apropriação dos seus frutos, os quais tendem a se concentrar, no capitalismo latino-americano, nos níveis social, espacial e produtivo. A primeira concentração significa maior concentração de renda e as duas últimas significam maior heterogeneidade estrutural. Logo, apenas ao analisar esse aspecto da difusão e apropriação do progresso técnico, já se vê que não há uma proeminência causal entre estrutura produtiva e concentração de renda.

No que tange ao segundo ponto, Furtado assume que a concentração de renda, historicamente construída, mas agravada pelo processo de industrialização por substituição de importações, contribui para a estagnação, já que cria uma situação de estreiteza de mercados e de falta de escalas de produção para as empresas. Além disso, a apropriação dos ganhos de produtividade por uma minoria, a oferta de mão de obra elástica e o fato dos investimentos nas indústrias de ponta serem poupadores de trabalho agrava o problema do

subemprego e da contenção do salário médio real, reforçando a concentração de renda e o problema da pequenez dos mercados. Furtado “abrandá” essa visão após o “milagre” econômico brasileiro, ao considerar certos requisitos que poderiam manter o sistema em expansão, porém manteve-se alerta sobre os perigos da concentração de renda para a expansão adequada do capitalismo, pois a mesma produz um perfil de demanda desajustado ao grau de acumulação e aos recursos produtivos disponíveis no país, resultando em uma estrutura produtiva com baixo potencial de geração de emprego, elevado grau de concentração, sem geração de progresso técnico endógeno e com o predomínio das grandes empresas internacionais.

Nas antípodas de Furtado estão Aníbal Pinto e Conceição Tavares, para quem o processo de concentração de renda pode ser funcional, em certas circunstâncias, para a continuação da expansão do processo capitalista. Para Tavares, ao menos a partir de 1971, o processo de expansão capitalista traz consigo contradições acerca da concentração da renda, o perfil da demanda e as possibilidades de efetivação da oferta de bens e serviços, porém essas contradições não necessariamente redundam em crises de realização, pois o capitalismo tem artifícios para superá-las e prosseguir com sua expansão. De fato, tais contradições engendram novos esquemas de concentração de renda e poder que terminam por impulsionar o ritmo de expansão, pois permitem ampliar os mercados já existentes, revigorar aqueles em dificuldades e criar novas fronteiras para a acumulação de capital. Para Aníbal Pinto, a concentração do progresso técnico e de seus frutos, a heterogeneidade estrutural e a concentração de renda, dado certo estilo de desenvolvimento, não se constituem em estorvos à expansão, mas, sim, em molas mestras a aprofundar tal estilo. Isso porque essas variáveis estão intimamente intrincadas e, em seus respectivos movimentos, reforçam-se mutuamente e cumulativamente, aprofundando determinado estilo de desenvolvimento.

§

Referências bibliográficas

- COUTINHO, M. Distribuição de renda e padrões de consumo: Alguns autores em torno da tradição cepalina. In: *Ensaio FEE*, vol. 1, n. 1, p. 139-152, 1980.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000 [1959].
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1968.
- _____. *Análise do modelo brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol.1, n.1, jan./mar., p. 41-49, 1981.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PINTO, A. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. In: *El trimestre económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económico, vol. 32, n. 125, jan./mar., pp. 3-69, 1965.
- _____. Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina. In: *El trimestre económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económico, vol. 37(1), n. 145, jan./mar., p. 83-100, 1970.
- _____. El modelo de desarrollo reciente de la América Latina. In: *El trimestre económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económico, vol. 38(2), n. 150, abr./jun., p. 477-498, 1971.
- _____. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. In: *Revista de la Cepal*, n. 96, dez., p. 73-93, 2008 [1976].
- RODRÍGUEZ, O. *El estructuralismo latinoamericano*. México: Cepal/Siglo XXI, 2006.
- TAVARES, M.C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 27-124, 1977 [1963].
- _____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998 [1974].
- _____. e SERRA, J. Além da estagnação. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 153-207, 1977 [1971].

Recebido em 31/03/2015
e aceito em 29/05/2015.